

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 84.696.814/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes. **1. Desempenho Operacional:** A receita operacional líquida do exercício foi de R\$ 14.289.071,76 e o lucro líquido do ano de 2025 foi R\$ 15.247.095,61. A posição patrimonial e financeira da Companhia permaneceu adequada para suas operações, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras. A principal operação da companhia em 2025 foi à venda do imóvel localizado na Rua Duque de Caxias em Santa Bárbara d'Oeste conforme descrita na Nota Explicativa 14. **2. Política de Distribuição de Dividendos:** A política de distribuição de dividendos da Companhia está descrita na Nota Explicativa 12. **3. Investimentos:** Durante o exercício social, a Companhia não realizou investimentos. **4. Auditoria Externa:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | | | | | |
|--|-------------|--------|--------|---|-------------|-------|-------|
| EXERCÍCIOS FINDOS EM | | | | | | | |
| (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | | | | | |
| Ativo | Nota | | | Passivo | Nota | | |
| | Explicativa | 2025 | 2024 | | Explicativa | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 24.221 | 8.542 | Impostos e contribuições a recolher | | 10 | 21 |
| Aplicações financeiras | | — | 27.555 | Dividendos | 12 | 3.822 | 3.923 |
| Contas a receber | 14 | 1.770 | 3 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 10 | 86 | 403 |
| Estoque | 8 | — | 429 | Partes relacionadas | 11 | 13 | 12 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 116 | 257 | | | 3.931 | 4.359 |
| | | 26.107 | 36.786 | | | | |
| Outros investimentos | 9 | 300 | 300 | | | | |
| | | 300 | 300 | | | | |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Impostos e contribuições diferidos | | | | | | 846 | — |
| | | | | | | 846 | — |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Capital social | 12 | 17.451 | 17.451 | | | | |
| Reserva de capital | | 80 | 80 | | | | |
| Reserva de lucros | 12 | 14.925 | 15.196 | | | | |
| Total do Patrimônio Líquido | | 32.456 | 32.727 | | | | |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 37.233 | 37.086 | | | | |
| Total do Ativo | | 37.233 | 37.086 | | | | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM | | | | | | |
|--|----------------|--------------------|-------------------|---------------|-------------------|----------|
| (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | | | | |
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva de lucros | Reserva legal | Lucros acumulados | Total |
| | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 17.451 | 80 | 5.416 | 3.490 | 8.906 | — |
| Lucro líquido do exercício | — | — | — | — | 15.608 | 15.608 |
| Dividendos pagos (equivalentes a R\$ 0,87 por ação) | — | — | (5.416) | — | (5.416) | (5.416) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | — | — | — | — | (3.902) | (3.902) |
| Transferência entre reservas | — | — | 11.706 | — | 11.706 | — |
| Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas | — | — | 6.290 | — | 6.290 | 6.290 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 17.451 | 80 | 11.706 | 3.490 | 15.196 | — |
| Lucro líquido do exercício | — | — | — | — | 15.247 | 15.247 |
| Dividendos pagos (equivalentes a R\$ 1,89 por ação) | — | — | (11.706) | — | (11.706) | (11.706) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | — | — | — | — | (3.812) | (3.812) |
| Transferência entre reservas | — | — | 11.435 | — | 11.435 | — |
| Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas | — | — | (271) | — | (271) | (15.518) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 17.451 | 80 | 11.435 | 3.490 | 14.925 | — |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | |

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de bens imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.2.1. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por títulos de CDB, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização e que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.3. Ativos financeiros - Custo amortizado:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber" (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição. Durante o exercício de 2025 foi vendido o último imóvel registrado na rubrica de estoques conforme Nota 8. **2.6. Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **2.7. Passivos financeiros:** Classificação dos passivos financeiros: Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituintes, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R\$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos

valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. **2.11. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.13. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.14 Adoção das CPCs novas e revisadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM | | | |
|---|------------------|---------|---------|
| (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais) | | | |
| | Nota Explicativa | 2025 | 2024 |
| | | | |
| Receita operacional líquida | 14 | 14.289 | 16.534 |
| Custo dos produtos e serviços vendidos | 8 | (429) | (899) |
| Lucro bruto | | 13.860 | 15.635 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 15 | (128) | (898) |
| Honorário da Administração | 15 | (138) | (128) |
| | | (266) | (1.026) |
| | | 13.594 | 14.609 |
| Lucro operacional | | | |
| Receitas (despesas) financeiras | | | |
| Receitas financeiras | 16 | 3.372 | 2.896 |
| Despesas financeiras | 16 | — | (5) |
| | | 3.372 | 2.891 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 16.967 | 17.500 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| | 10 | (1.719) | (1.892) |
| Lucro líquido do exercício | | 15.247 | 15.608 |
| Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$ | 12 | 2,46 | 2,52 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM | | | |
|---|--------|--------|--|
| (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
| | 2025 | 2024 | |
| | | | |
| Lucro líquido do exercício | 15.247 | 15.608 | |
| Outros resultados abrangentes | — | — | |
| Lucro líquido abrangente do exercício | 15.247 | 15.608 | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • **IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";** • **IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";** • **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";** • **IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas";** e • **IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".** Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a) sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram para uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. • Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da companhia.

3. USO DE ESTIMATIVAS: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não há nenhuma estimativa a ser aplicada nestas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A. Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no balanço da Companhia.

6. CONTAS A RECEBER: O Contas a Receber correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

| | 2025 | 2024 |
|--|--------|--------|
| Caixa | 298 | 250 |
| CDB - Certificado de depósito bancário (i) | 23.923 | 8.292 |
| Total do caixa e equivalentes de caixa | 24.221 | 8.542 |
| Aplicação financeira lastreada por CDI (ii) | — | 27.555 |
| Total de aplicações financeiras | — | 27.555 |
| (i) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com liquidez em até 90 dias. (ii) Refere-se a aplicações financeiras em Certificado de depósito bancário - CDB com rentabilidade | | |

| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM | | | |
|---|----------|----------|--|
| (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
| | 2025 | 2024 | |
| | | | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 16.967 | 17.500 | |
| Variação nos ativos e passivos operacionais: | | | |
| Estoques | 429 | 899 | |
| Contas a receber | (12.594) | — | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 141 | (131) | |
| Impostos e contas a pagar | (10) | (9) | |
| Caixa gerado nas operações | 4.933 | 18.259 | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos | (1.190) | (1.617) | |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 3.743 | 16.642 | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | 27.555 | (11.555) | |
| Aplicações financeiras | — | — | |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | 27.555 | (11.555) | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Dividendos pagos | (15.619) | (7.215) | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (15.619) | (7.215) | |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 15.679 | (2.128) | |
| Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício | 8.542 | 10.670 | |
| Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício | 24.221 | 8.542 | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com liquidez acima de 90 dias.

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------|-------|-------|
| Terrenos | - | 429 |
| Edificações | - | - |
| Saldo em 1º de janeiro | 429 | 1.328 |
| Saldo (Nota 14) | (429) | (899) |
| Saldo em 31 de dezembro | - | 429 |

9. OUTROS INVESTIMENTOS: A Companhia possui participação societária de 0,30% na empresa Santinvest S.A. Participações em 31/12/2025. Tal participação está avaliada ao valor justo de mercado, em conformidade com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros". A Companhia possui 100 ações da empresa SANTINVEST S.A. Participações, tendo como valor justo em 31 de dezembro de 2025 - R\$300 (R\$300 em 31 de dezembro de 2024).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

| | 2025 | 2024 |
|--|---------|---------|
| Receita bruta - comissão | 1.821 | 5.167 |
| Percentual de presunção do lucro - comissão | 32% | 32% |
| Lucro presumido - comissão (R/C/S) | 583 | 1.654 |
| Receita bruta venda terreno | 13.025 | 12.000 |
| Percentual de presunção do lucro - venda terreno (R) | 8% | 8% |
| Lucro presumido - venda terreno (R) | 1.042 | 960 |
| Receita bruta venda terreno | 13.025 | 12.000 |
| Percentual de presunção do lucro - venda terreno (CS) | 12% | 12% |
| Lucro presumido - venda terreno (CS) | 1.563 | 1.440 |
| Receitas financeiras | 3.372 | 2.896 |
| Base do imposto de renda sobre o lucro pelo regime caixa | 4.997 | 5.510 |
| Base contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa | 5.518 | 5.990 |
| Imposto de renda a alíquota de 15% | (750) | (826) |
| Adicional de imposto de renda a alíquota de 10% | (472) | (527) |
| Contribuição social a alíquota de 9% | (497) | (539) |
| Total do IRPJ e CSLL | (1.719) | (1.892) |

11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

<

Aos Administradores e Acionistas, Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de

fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão

do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e

a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 3 de fevereiro de 2026

pwc
PricewaterhouseCooper
Auditores Independentes Ltda.
CRC ZSP027613/F-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>